

## A HISTORIOGRAFIA COMO TEMÁTICA NO DEALBAR DA REVISTA *LER HISTÓRIA* DURANTE OS ANOS 80: SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DE CONTEÚDOS

Nuno Bessa Moreira  
Pós-Doutorando (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Doutor em História  
Universidade do Porto  
Centro de Investigação Transdisciplinar - CITCEM-FLUP  
[knunoclio@gmail.com](mailto:knunoclio@gmail.com)

**Resumo:** Este estudo debruça-se sobre os primeiros anos da revista *Ler História*, durante a década de 1980, dirigida por Miriam Halpern Pereira. Trata-se de um periódico democrático, pluralista, que repercute as inquietações e anseios da época em que foi criado. Durante o período em estudo foi dirigido por Miriam Halpern Pereira, estando umbilicalmente ligado ao ISCTE, mas sempre editado comercialmente nos anos em análise, primeiro pela editora *Regra do Jogo* e depois pela *Salamandra* e pela *Teorema*. Tinha uma periodicidade trimestral e várias secções, como a de *Estudos*, a de *Críticas e Debates* e a de *Recensões*, mas também de *Documentos*, sem esquecer, a partir de determinado momento, *O Espelho de Clio*, onde foram reunidos, entre 1988 e 1989, dezassete testemunhos de historiadores, estudados na segunda parte deste trabalho, dado que a primeira concretiza uma análise de conteúdos da história da historiografia e da reflexão teórica como temas abordados na publicação durante os anos 70 do século 20.

**Palavras-Chave:** *Ler História*; periódicos; Historiografia; Miriam Halpern Pereira; depoimentos.

**Abstract:** This study deals with the early years of the Journal *Ler Historia*, directed by Miriam Halpern Pereira, in the 1980s. It is a democratic, pluralistic periodical that reflects the anxieties and desires of the time when it was created. During the period of study it was directed by Miriam Halpern Pereira, being umbilically linked to ISCTE, but always commercially edited, first by Editora Salamandra and later by Teorema. It had a quarterly periodicity and several sections, such as that of Studies, that of Critiques and debates and of recensions, but also of documents, not forgetting, from a certain moment, *O Espelho de Clio*, reunited, between 1988 and 1989 Seventeen testimonies of historians, studied in the second part of this work, since the first one realizes an analysis of contents of the history of the historiography of theoretical reflection like subjects approached in the periodical during the seventies of the 20th century.

**Keywords:** History; periodicals; Historiography; Miriam Halpern Pereira; depositions.

**Artigo recebido em:** 11/04/2017

**Artigo aprovado em:** 15/12/2018

### Ponto prévio

Desde finais dos anos 70 e durante cerca de duas décadas, as revistas de história foram alvo de crescente atenção por parte de investigadores e do mercado editorial, tendo sido dadas à estampa diversas novas publicações em simultâneo, denotando uma vitalidade assinalável, não apenas no plano quantitativo, mas também ao nível da diversidade de propostas e conteúdos. José Maria Amado Mendes procedeu a um diagnóstico da situação, descrevendo sumariamente algumas revistas, dando conta da abrangência do campo em consideração:

A partir dos finais dos anos 70, novos títulos surgiram, introduzindo uma nova dinâmica no meio das revistas de história em Portugal. Além de refletirem os progressos entretanto registados pela historiografia- graças às influências da «História Nova», oriunda de França, mas também anglo-saxónicas e italianas-, algumas passaram a ter o apoio de editoras comerciais. À diversidade de tendências e de objetivos acrescenta-se a melhoria da própria apresentação gráfica. Entre as revistas que entretanto foram sendo criadas- que poderíamos apelidar de «segunda geração»- encontram-se as que se seguem, por ordem cronológica do seu aparecimento: *Revista de História das Ideias* (1977-), fundada por José Sebastião da Silva Dias, publicada pelo Instituto de História e Teoria das Ideias, da Faculdade de letras da Universidade de Coimbra (...); *Revista de História Económica e Social*, editada pela Sá da Costa, a qual se publicou entre 1978 e 1989; *Cultura- História e Filosofia* (7 volumes., 1982-1993), igualmente fundada por José Sebastião da Silva Dias, editada pelo Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (em publicação); *Ler História* (29 volumes., 1983-1995), inicialmente editada pela Regrara do Jogo, tendo-lhe sucedido outras editoras, a qual continua em publicação; *Penélope-Fazer e desfazer a História* (n 1-13-1988-1994), ultimamente editada pela Cosmos. (...) [Esta Revista deixou, entretanto, de ser publicada] (MENDES, 1996, p. 338).

Num primeiro olhar, necessariamente panorâmico e de relance sobre alguns aspetos institucionais e editoriais destes periódicos de História, partindo inicialmente dos títulos e fichas técnicas, sem esquecer os respetivos índices, parece ter cabimento uma hipótese que aponta para a diversidade de temáticas e abordagens, mas também de centros e grupos de pesquisa, como bem assinala Amado Mendes no seu inventário pioneiro e inovador. Assim, a *Revista de História das Ideias* e *Cultura- História e Filosofia*, foram fundadas por José Sebastião da Silva Dias, estando, desde a sua génese, ligadas à atividade do historiador e dos grupos que criou na Faculdade de Letras de Coimbra e na Universidade Nova de Lisboa, nomeadamente no Instituto de História e Teoria das Ideias e no Centro de História da Cultura. Enquanto a primeira parece mais vinculada a um sentido alargado de História da Cultura, a segunda partilha essas preocupações, compaginando-as com um amplo espaço concedido às ideias e à Filosofia. Sem dúvida que qualquer leitura simplista ou de índole determinista deve ser evitada, dado que ambas as

publicações estiveram sujeitas a diversos momentos e contextos históricos, que provocaram alterações, promovendo oscilações e concitando mudanças, consoante a conjuntura, mas também o perfil dos intelectuais envolvidos em cada momento.

### **1. A História da Historiografia e a reflexão teórica como temáticas na *Ler História*, nos anos 80**

No editorial que antecipa e enquadra o primeiro número da Revista *Ler História*, publicado em 1983, a sua diretora, Miriam Halpern Pereira, parte da observação de um dinamismo editorial desde o 25 de Abril de 1974, eximindo-se a referir esta data, eventualmente por não ter considerado necessário, dado o carácter alegadamente óbvio e implícito da sua importância. A historiadora considera que o acréscimo quantitativo da investigação histórica e o seu direcionamento para vários domínios não tiveram imediata ressonância e correspondência adequada no âmbito das revistas, entendidas como instrumentos de expressão ou espaços de liberdade a contrapor ao espírito corporativo até então dominante. Daí a expressão de um objetivo que desse corpo à necessidade de abertura sentida, onde a qualidade fosse o principal critério de seleção, evitando-se limitações cronológicas ou ideológicas. Talvez possa encontrar-se um contributo para a explicitação do quadro historiográfico dominante até 1974, e contra o qual Miriam Halpern Pereira se insurge sem entrar em detalhes, na explicação de João Paulo Avelãs Nunes, publicada numa coletânea recente, fora do periódico referido (NUNES, 2013).

Sem enumerar as características do *historicismo neo-metódico*, e não fazendo referência direta, nestes termos, a este tipo de historiografia, o editorial de Miriam Halpern Pereira recusa certas implicações e apropriações ideológicas conservadoras deste modo de fazer história, opondo-lhe uma visão não corporativa, democrática do ofício de Clio, assente na rejeição do silenciamento anterior ao qual foram votados os estudos sobre os séculos XIX e XX, num quadro mais vasto que importa compreender. Assim se entende melhor que Miriam Halpern Pereira tenha começado igualmente por referir-se à importância da prática da História Económica e Social, sem postergar a história política, mas sujeitando-a a uma hierarquia de preferências que não a subalterniza, mas enquadra-a.

Em seguida no editorial, Miriam Halpern Pereira defende a conservação das fontes, mormente escritas, votadas até então para um segundo plano:

Sem fontes não há história, eis uma asserção banal se não fosse escrita em Portugal, onde a conservação do património cultural constituído pela documentação escrita apenas tem interessado alguns curiosos. Os papéis não têm a imponência dos castelos e das igrejas, não servem políticas de fachada. São discretos e frágeis, desaparecem ao sabor das mais ligeiras necessidades de recuperação de espaço ou de ocorrências como incêndios. (...). Urge analisar a situação dos arquivos e bibliotecas no nosso país. Da sua melhoria depende o ritmo de desenvolvimento da investigação histórica. Gostaríamos, por isso, de incluir igualmente a colaboração de arquivistas e bibliotecários ou de historiadores acerca das fontes da história, a sua conservação e organização em arquivos (PEREIRA, 1983, p. 3-4).

A autora denuncia a escassez de proteção de documentos face a monumentos por parte dos poderes públicos e a revista *Ler História* parece constituir-se como espaço para reverter essa situação, cumprindo ainda mais dos objetivos, o da interdisciplinaridade e o do intercâmbio com historiadores de outros países. Quanto ao primeiro, Miriam Halpern Pereira reconhece que sociólogos e economistas tomaram mais facilmente a dianteira no diálogo e debate entre domínios e disciplinas diferentes, ao contrário do que terá acontecido com os historiadores. A revista *Ler História* organizou-se, desde o início, em várias secções, com a de *Estudos*, a de *Documentos*, e a de *Críticas e Debates*, (para além dos andamentos dedicados a *Recensões* e *Atividade Científica*), às quais se acrescentaram a de entrevistas, desde 1988, e do *Espelho de Clio*, a partir de 1988, devotada às reflexões dos historiadores sobre a sua profissão. Assim se comprova que a revista tenta colocar em prática os seus pressupostos editoriais, cruzando a investigação com outras dimensões, favorecendo a preservação de documentos, o diálogo entre historiadores, a análise das suas práticas e dos seus percursos.

Assim, logo em 1983, na secção de *Críticas e Debates*, António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro problematizam as relações entre história e política, demonstrando que a temática de incidência política não deve ser subalternizada, defendendo outrossim que é passível de sobre ela incidirem abordagens que a estudem, ao arrepio do mero apuramento de factos positivos, ampliando a metodologia e o espectro de abordagem. Os historiadores escolhem debruçar-se uma obra recente de José Fontana que, desde o título, aponta estrita correlação com temáticas de cariz social. Trata-se do livro: *História: analisis del pasado y proyecto social*. As indagações suscitadas pela respetiva leitura, enraízam-se no cumprimento de uma perspectiva plural presente desde as intenções iniciais do periódico. António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro aproveitam o ensejo para refletir sobre o panorama das Ciências Sociais e Humanas em Portugal na conjuntura em que escrevem, caracterizado, alegadamente, pelo alargamento de horizontes que Miriam Halpern Pereira constatara, mas também pelo questionamento de *grandes teses e visões de*

*conjunto*, que tinham, em nosso entender, constituído uma das bases de oposição à historiografia tradicional. Longe de proporem um retorno à historiografia neo-metódica, bem pelo contrário, os autores verificam que há pouco mais de meia década se assistia em Portugal a um “mergulho empirista”, que parecem defender, assente em bases diversas das anteriormente verificadas:

Reagindo legitimamente a um período inicial de hipervalorização das grandes teses e visões de conjunto (que correspondeu à fase de grande divulgação de trabalhos de síntese dos anos 60 e 70) (...). As virtualidades indiscutíveis deste «mergulho empirista», não podem escamotear, no entanto, o facto de não ter sido acompanhada [sic] por uma correspondente reflexão teórica e por balanços historiográficos consistentes (PINTO e MONTEIRO, 1983, p. 178-185).

Os autores da recensão descrevem a estrutura do estudo de Fontana:

A estrutura do trabalho pode ser dividida em grandes blocos temáticos: o primeiro (sete capítulos) debruça-se sobre a historiografia desde as origens ao materialismo histórico e à crítica do capitalismo; o capítulo charneira (8) trata da «destruição da ciência histórica» na viragem para o século XX; enquanto os restantes seis fazem o balanço das tentativas de reconstrução, quer dizer, das correntes historiográficas do século XX (*idem*, p. 179).

Fontana situa-se no interior do *materialismo histórico*, mas não deixa de lhe dirigir críticas, ou de nele perceber continuidades até relativamente à herança smithiana que colocava em causa. Esta é uma originalidade apontada por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro ao autor de *História: analisis del pasado y proyecto social*:

Não obstante, e este é, porventura, um dos aspetos mais originais da sua análise, sublinha o peso da herança smithiana no pensamento de Marx e Engels, que conduziria a uma sobrevalorização das potencialidades do progresso tecnológico e do processo de industrialização (...) (*idem*, p. 180-181).

Fontana critica propostas de inícios do século XX, provindas de autores como Croce, Colingwood, Spencer ou Toynbee, situando algumas delas no limiar do *irracionalismo* e responsabilizando-as pela crise e destruição da ciência histórica. Por outro lado, também exprime grandes reticências relativamente a reconstruções, promovidas, de modos diversos, pela *Social History* anglo saxónica, pela *New Economic History*, pelos *Annales*, salvaguardando mais o marxismo sem isentá-lo de reparos. A nova *Social History*, incrementada sobretudo a partir do segundo pós-guerra, é encarada como uma *máscara do velho historicismo, omitindo o político*. Por outro lado, a *New Economic History* é abordada na sua dupla vertente de junção da história e

da teoria económica, impondo-se, após 1945, uma crise na *Escola Progressista Norte-Americana*. Todavia, Fontana reconhece as inovações metodológicas trazidas por ambas as vertentes enunciadas, revelando uma posição bastante mais crítica relativamente aos *Annales*. Defende aquilo a que chama uma primeira fase até 1941, com Febvre e Bloch, sendo mais reticente no que tange à assunção da liderança daquele após a morte deste. O entusiasmo volta quando analisa a fase braudeliana, de 1956-1968, retornando ao ceticismo na abordagem do que considera a pulverização que se lhe seguiu.

Fontana defende o Marxismo, inscreve-se nele, mas não o toma em bloco, atacando as suas vertentes estruturalistas (Bernstein, Plekanov, Labriola, Buckarin, Althusser ou Poulantzas), contrapondo autores da sua predileção ao dogmatismo estalinizante alegadamente dominante entre as duas guerras e valorizando as alternativas propostas por Daline, Porshnev, Lange ou Maurice Dobb, destacando também os contributos positivos de uma nova historiografia marxista após 1945, com Christopher Hill, Rodney Hilton, Eric Hobsbawm ou Thompson, conjugando estas ideias com as anteriormente expressas, entre as duas guerras, por Luckcs, Korch e Gramsci.

Nuno Gonçalo Monteiro e António Costa Pinto sublinham alguns aspetos positivos e negativos do livro de Fontana. Quanto aos primeiros, solidarizam-se com os reparos contra as historiografias que reprimem ou não exercitam esforços teóricos, como a portuguesa, no entender dos recenseadores, demasiado atenta a modas e pouco preparada para exercícios tão contundentes como o do historiador espanhol. Acresce que este assume a crise do marxismo desde o seu interior e alerta para a pulverização das práticas historiográficas. Em 1984, Carlos Coelho Maurício apresenta uma recensão crítica a *New Directions in European Historiography*, obra publicada na *Wesleyan University Press*, em 1975, da autoria de Georg Iggers, cuja biografia é brevemente traçada pelo recenseur logo no início do seu texto, destacando o nascimento na Alemanha, a ida, desde cedo para os Estados Unidos da América, ou o périplo pela Europa nos anos 70, que permitiu ao historiador alemão sondar, perceber e caracterizar as novas tendências historiográficas que aí se afirmavam. Carlos Maurício sublinha a relevância de trabalhos anteriores de Iggers, mormente em torno do Historicismo Alemão, que teria em Ranke uma das principais personalidades no seu dealbar, defendendo uma ideia de história assente na hermenêutica (centrada em mecanismos de compreensão e empatia historiográficas), nas individualidades (em detrimento da causalidade) e na objetividade (MAURÍCIO, 1984).

Carlos Coelho Maurício elogia a diversidade de perspectivas historiográficas analisadas por Iggers, enfatizando a fuga, que compartilha, a um modelo historiográfico baseado em historiadores, obras e ideias, solidarizando-se com a relevância das comunidades científicas reconhecida pelo historiador alemão radicado nos EUA, partilhando ainda com este o apreço pela historiografia comparada. Todavia, Maurício, replicando, de um modo pessoal, a forma de recensão dominante na *Ler História*, critica alguns aspectos da obra *New Directions in European Historiography*, mormente os seguintes. Desde logo, a ausência de abordagem do Positivismo Francês, mas também a eventualmente excessiva idealização e a decorrente abstração no tratamento das direções historiográficas apontadas, poupando-se alegadamente Iggers a um cruzamento mais efetivo das mesmas.

No quarto número da Revista *Ler História*, dado à estampa em 1985, Luís Filipe Barreto efetua uma recensão à recente edição portuguesa de *Comment on écrit l'histoire*, de Paul Veyne, livro que pode refletir a pulverização historiográfica, começando por acautelar a natureza do seu intuito, que não passa no momento em que escreve por uma reflexão mais alargada sobre a obra do historiador francês, aduzindo que tal empresa obrigaria a uma análise mais desenvolvida do trabalho do autor, cuja complexidade reconhece, destacando dois eixos que alegadamente a sustentam:

A complexidade da epistemologia de Paul Veyne assenta em dois fatores-chave: 1) O enorme quadro referencial das ciências do homem e da filosofia que lhe serve de suporte informativo e meditativo, 2) o grau de criticismo e criatividade alcançado pela sua própria arquitetura discursiva. Na verdade, *Como se escreve a História* estabelece um imenso diálogo de afinidades e conflito com referentes tão variado como: Tucídides, Weber, Marx e Dilthey, Kant e Hegel, R. Aron e M. Foucault; L. Febvre e F. Braudel, o que implica a escrita sobre a obra também em jogo de intertextualidade com todo esse imenso quadro operatório (BARRETO, 1985, p. 179).

Luís Filipe Barreto alicerça a sua reflexão na procura de alguns aspectos interessantes e outros mais criticáveis de *Como se escreve a História*, salientando, com agrado, que Paul Veyne indaga a natureza, o estatuto e *as condições concretas do saber historiográfico contemporâneo*. O historiador português considera este labor muito importante, dirigindo-lhe, todavia, certos reparos, que não obscurecem um parecer amplamente favorável, no qual enaltece, a finalizar a recensão, o seguinte: “Estamos perante um dos grandes momentos que problematiza as categorias do discurso historiográfico e que produz um salto qualitativo nos horizontes de rigor deste saber. Uma última palavra para os critérios da edição portuguesa, que podia ter traduzido também o texto *Foucault*

*Revolutionne l'histoire* que integra a 2ª edição francesa desta obra (1979)” (BARRETO, 1985, p. 179).

Aliás, parece-nos que Luís Filipe Barreto adere à crítica a certos pontos alegadamente fundamentais da abordagem braudeliana, (mormente a ênfase nas estruturas e na sociedade), pelo percurso historiográfico conducente a esta recensão, pelo que nela se diz e, sobretudo, pelo que resulta implícito. Todavia, o historiador português põe em causa a excessiva centralidade da *intriga*, parcialmente em detrimento das coordenadas espaço-temporais, no trabalho de Veyne e a alegada ausência de aprofundamento da hermenêutica por parte deste, que preferiu, alegadamente, insistir na aproximação da história à literatura. Barreto confere mais importância a aspetos epistemológicos do discurso que associa às analíticas e lógicas do espaço e tempo e defende um empenhamento na hermenêutica: «Esta negatividade, que é ao mesmo tempo simplificação problemática e ao mesmo tempo apagamento de obstáculos- chave, nasce em Paul Veyne, de uma pouco cuidada atenção e conhecimento da hermenêutica» (BARRETO, *idem*, *ibidem*).

No volume 5 da Revista Ler História, dado à estampa em 1985, Luís Ramalhosa Guerreiro, também da Faculdade de Letras de Lisboa debruça-se sobre outra edição recente, mais propriamente a devotada em 1983-1984 a *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*, da autoria de Fernand Braudel, resultante de uma tese de doutoramento apresentada em 1947, na Sorbonne e dada à estampa em França, pela primeira vez, volvidos dois anos. A recensão de Luís Ramalhosa Ribeiro sinaliza, quase desde o dealbar, a vasta receção da obra em consideração, sublinhando a amplitude do trabalho braudeliano, salientando o carácter múltiplo, plural e dinâmico de espaço e tempo:

Projeto historiográfico que reúne num mesmo círculo um leque de civilizações estruturadas num espaço de grande amplitude e num devir de múltiplas dependências (...). A perspectiva de um tempo diferencial, em jogo dialético com um espaço multimodo, prescreve à análise a sua dimensão mais fecunda e inovadora. (...) pode seduzir, por isso, quem jura pela sólida erudição tradicional (...), quem deseja fazer da história um saber interdisciplinar sujeito à ordem de um quadro teórico rico ou, tão só aqueles que guardam a nostalgia do sabor da literatura no discurso historiográfico (GUERREIRO, 1985).

Luís Ramalhosa Guerreiro refere a tripla temporalidade braudeliana e sublinha a subalternização do tempo curto e de abordagens de matriz fenomenológica ou factológica, em detrimento das conjunturas e do tempo longo das estruturas, discordando de algumas

interpretações que radicam esta subalternidade em aspetos sociais e biográficos, como *a amargura do cativo em Lubeck*, *a vergonha da capitulação em Vichy* ou *a instabilidade do pós-guerra*. O autor da recensão também não subscreve a ideia de Pierre Chaunu, segundo a qual foi a Grande Depressão de 1929 que condicionou a alegada secundarização dos acontecimentos por parte de Braudel. Para Ramalhosa Guerreiro:

É de julgar, todavia, que o descrédito do pendor factológico do positivismo dominante é uma consequência direta da influência das ciências humanas e sociais, da baixa tensão ideográfica e do trabalho teórico que nelas tinha lugar. A noção de escassez de sentido dos acontecimentos perspectivados numa ótica atomística deve muito à lição de mestres como o sociólogo M. Halbwachs, os psicólogos Blondel e Wallon, o economista Simiand e os geógrafos Demangeon e Sions. É o próprio Braudel que o reconhece (GUERREIRO, 1985).

O comentador português parece solidarizar-se com os reparos de Josep Fonatana, apesar da dívida deste para com Braudel, que não impede o colaborador da *Ler História* de apontar as insuficiências do labor historiográfico deste:

[...] a ausência de uma teoria global da sociedade, a ideia de que a economia pode reduzir-se ao comércio, a incapacidade de interligar as diferentes temporalidades (...) Braudel abre caminho ao ecletismo metodológico (GUERREIRO, 1985, p. 137).

Em 1986, no sétimo número da Revista, Carlos Coelho Maurício regressa à temática dos *Annales*, ampliando e reconfigurando o ângulo de abordagem adotado por Luís Ramalhosa Guerreiro. Enquanto este se centrou em algumas características metodológicas e conceptuais do trabalho de Fernand Braudel, mormente da sua obra *O Mediterrâneo*, aquele dispensa essa tão estrita particularização, procurando analisar os *Annales* menos a partir de dentro e do percurso dos seus protagonistas, privilegiando, alternativamente, os estudos historiográficos que, sob o impulso de um número monográfico que lhes foi dedicado em 1972 pelo *Journal of Modern History*, trilharam o seu caminho, ao arrepio das narrativas fundacionais ou auto-legitimadoras do movimento, instaurando uma distância crítica de natureza historiográfica, privilegiando o cruzamento entre a diacronia do objeto de investigação (através da indagação das suas origens e dos respetivos contextos de inscrição) e aspetos de índole sincrónica.

Assim, Carlos Maurício compara os estudos de Georg Iggers (1975), Troian Stojanovic (1976), as contribuições patentes no Colóquio de Binghamton (realizado pelo *Fernand Braudel Center* em 1977), as investigações de André Burguière e Jean François Revel, mas também as

compiladas por Charles- Olivier Carbonell e Georges Livet (a partir do colóquio *Au berceau des Annales*) e as efetuadas por Hervé Coutau Bégarie no âmbito da sua dissertação doutoral. Os dois últimos trabalhos referidos foram significativamente publicados no mesmo ano, em 1983. Carlos Maurício começa por destacar Iggers, historiador que já o ocupara anteriormente nas páginas da *Ler História*, ressaltando, de novo, as comparações dos *Annales* com o modelo rankeano que os precedeu e com a historiografia alemã coeva do movimento ou a *New Economic History* e os neopositivismos, sendo estas duas tendências muito diferentes entre si, mas portadoras de um alegado carácter nomológico, enquanto o historicismo alemão, nas suas origens, possuiria uma natureza hermenêutica, situando-se os *Annales*, no entender de Iggers, entre ambos.

Por seu turno, Trojan StoJanovic centra-se nas características do *paradigma annaliste*, divisando e debatendo as suas características, eximindo-se a comparações aprofundadas que não se restrinjam à enunciação dos paradigmas anteriores: o da história exemplar, o da história evolucionista e o da história funcional- estrutural.

No que se refere ao trabalho de Allegra e Torre, Carlos Maurício sintetiza os seus propósitos, enquadrando-o face aos estudos de Iggers e Stojanovic:

Se a proposta de Iggers (1975) consiste em iluminar o modo de funcionamento dos *Annales* por comparação com outros modelos existentes, e se o objetivo de Stojanovic está na descrição circunscrita do trabalho deste paradigma, segundo uma orientação mais funcionalista do que genética, para Allegra e Torre (1976) importa principalmente o conhecimento das causas que contribuíram para que a história económica e social francesa se tenha desenvolvido, como veio a acontecer, assumindo as características que lhe são conhecidas no modelo dos *Annales* (MAURÍCIO, 1986, p.147).

Estes estudiosos procuram analisar os primórdios e antecedentes da história social, defendendo que até finais de Oitocentos era amplamente minoritária, apesar de acontecimentos como a Comuna de Paris e a derrota francesa na Guerra com a Prússia terem acicatado ânimos nacionalistas e uma maior preocupação com temáticas sociais. Todavia, a Escola Durkheimiana e a Geografia Humana de Vidal de La Blache contribuíram para tornar mais vivo esse interesse. A primeira porque alimentou a explicação dos fenómenos sociais pelo recurso à própria esfera do social, aplicando conceitos como os consciência e representação coletivas, e o de civilização, pugnando igualmente pelo anti-evolucionismo, pela aplicação de um novo método comparativo, pelo trabalho de equipa e pela função social do historiador (MAURÍCIO 1986, *idem, ibidem*).

Quanto à segunda, rejeitou o determinismo alegadamente seguido por Durkheim e os que o apoiavam, reforçando a ideia de civilização e o primado do humano.

Allegra e Torre sublinham que os *Annales* reforçaram a história económica e social, sendo herdeiros do percurso sumariamente enunciado, tendo recusado ou tentado superar o Positivismo. No entanto, estes estudiosos deste movimento não especificam o que entendem por Positivismo, situação que conduz o recenseador Carlos Coelho Maurício a uma tentativa de esclarecimento das duas vias que se impuseram e de uma terceira, de síntese das anteriores. Estudiosos como Gradiner ou Collingwood aparentavam-no com a procura de leis gerais, enquanto Carr, Keylor e Chartier identificavam-no como trabalho empírico do historiador, tanto no plano gnosiológico como no da pesquisa. Por seu turno, Charles-Olivier Carbonell sustentava que da segunda década do século XX em diante alguns historiadores, estando os dos *Annales* incluídos no rol, procuravam congregar na mesma a designação os defensores de leis gerais e os que se consagravam ao apuramento de factos positivos, e criticavam ambos (MAURÍCIO, 1986, p. 148). Carlos Coelho Maurício vislumbra uma defesa da «*história tal como ela é*» por parte de Carbonell, demarcando-se dos excessos deste tipo de visão que alegadamente privilegia uma perspetiva do passado como sendo supostamente mais correta do que as outras ou até a única possível, salvaguardando o historiador português a necessidade de uma história dos conceitos (MAURÍCIO, *idem*, p. 149).

Convém também assinalar as conferências de Binghamton, realizadas em Maio de 1977 e publicadas no ano seguinte, sob a organização e os auspícios do *Center Fernand Braudel*. Neste encontro procurou-se aquilatar o impacto do movimento francês, mas as comunicações centraram-se em três núcleos: A irradiação dos *Annales* fora da França, as relações com o marxismo e análise crítica da *Nouvelle Historie*. Carlos Coelho Maurício não se debruça sobre esta última questão, sintetizando as duas primeiras. No que concerne ao segundo tópico, no encontro realizado no Centro Fernand Braudel defende-se que a relação entre os *Annales* e o marxismo foi, em muitos momentos, problemática, devendo este ser encarado no plural, sustentando que no dealbar daquele movimento francês era necessário pugnar por uma posição política moderada para contrapor ao «facciosismo alemão». Acresce que os *Annales* se colocavam contra o suposto determinismo positivista, aparentando certos defensores do materialismo histórico e dos Marxismos com esta corrente. Todavia, a partir de 1945, as relações em análise melhoraram, realizando-se uma convergência, sobretudo em torno da história económica. Contudo, após o Maio de 1968, e sobretudo a partir de 1973, consumou-se um afastamento. Os *Annales* perderam um certo cariz

oposicionista e consumaram inflexões como a *Nouvelle Histoire*, enquanto os Marxistas gozavam, entretanto, de uma certa abertura do sistema universitário às suas ideias (MAURÍCIO, *idem* p. 151).

A publicação dos *Annales* a partir de 1929 acarretou a materialização de uma posição simultaneamente antidogmática e retoricamente «marginal» face ao sistema universitário no interior do qual o movimento se situava, procurando, a partir desse lugar, captar descontentes. O objeto da história, o homem, passou a ser o pólo agregador e unificador das relações com as outras ciências sociais. Contudo, desde os anos 60, os Estruturalismos desafiaram esta ordem estabelecida, a história interdisciplinar entrara em crise desde os anos 50, favorecendo a proliferação e o progressivo domínio, mais tarde, de uma nova fase dos *Annales*, a *história em migalhas*, assente na fragmentação do objeto de estudo e do campo historiográfico.

No ano de 1983 foram publicadas duas obras que, no entender de Carlos Maurício, consolidaram uma nova visão acerca dos *Annales*, bastante mais crítica do que as perspetivas anteriores. Trata-se do Colóquio *Au Berceau des Annales*, coordenado na sua publicação por Charles- Olivier Carbonell e a tese de doutoramento de Hervé Coutau Bégarie, intitulada *Le Phénomène Nouvelle Histoire*. Bégarie concretiza uma abordagem mais sociológica do que epistemológica do movimento *annaliste*, centrando-se em duas vertentes fundamentais: a estratégia (de tomada de poder) e a ideologia. Quanto à primeira, o historiador francês dividiu-a em duas partes: a estratégia externa e a interna. Aquela voltada para as relações entre historiadores e sociólogos, ultrapassando, os cultores de Clio a concentração positivista no acontecimento e no particular, promovendo o diálogo com os outros cientistas e a progressiva demarcação face a estes, materializada por Braudel. No que respeita à estratégia interna, os *Annales* concretizaram a sua ofensiva contra a hegemonia dos historiadores *Sorbannards*, tendo sido importante a revista a partir de 1929 para esse combate, ao qual se associou a institucionalização, em 1947, da 6ª secção da *École Pratique des Hautes Études*. Paralelamente, os *Annales* foram-se enraizando nos meios de comunicação social, aliando prestígio social a sucesso de vendas. Com Braudel a história tornou-se ciência social total, assente na tripla temporalidade e no desenvolvimento crescente de métodos quantitativos. Por outro lado, do ponto de vista ideológico, os *Annales* solidarizavam-se com a sociedade de massas, surgindo o *common man* por contraponto à *história dos grandes homens*, solidificando-se o domínio das sociedades democráticas. Todavia, os *Annales*

evidenciaram sempre maior proximidade face à perspectiva socializante de Jaurés do que ao Marxismo.

Carlos Coelho Maurício termina a sua síntese sobre os trabalhos relativos aos *Annales*, apontando insuficiências aos existentes e pistas para futuras investigações, de modo a atenuar a escassez de pesquisas sobre os *Annales* incidentes sobre o período posterior a 1945, mormente acerca de Braudel ou das relações entre a história e as ciências sociais. Por outro lado, pugna por uma maior aposta no método comparativo e ressalta a necessidade de perceber as diferenças metodológicas entre os cultores de Clio do movimento, aventando a hipótese segundo a qual estas se devem a tradições historiográficas díspares, em detrimento da diversidade de gerações ou ideologias: «Não basta continuar a assinalar convergência de certas propostas de K. Lamprecht, J. H. Robinson e Henri Berr no princípio do século, ou o paralelismo entre alguns desenvolvimentos teóricos de L. Febvre e Carl Becker pela década de 30. Somente um estudo comparativo permitirá aquilatar daquilo que pertence mais propriamente à historiografia e à cultura francesa, e aquilo que procede de um fundo comum às historiografias de «ponta» do mundo ocidental, ou ao espírito da época. Em último lugar, as diferenças de *método de abordagem* patenteadas pelos vários autores não parecem dever-se a diferenças ideológicas ou geracionais entre eles. O peso das tradições historiográficas em que cada um deles se insere afigura-se mais determinante na escolha da perspectiva segundo a qual o passado (e o presente) da disciplina são abordados. Verificamos assim, que enquanto os trabalhos provenientes da historiografia norte-americana se concentram de preferência nos aspetos epistemológicos, fazem recurso a modelos internalistas de explicação usados em história das ciências (a teoria de T. S. Khun, por exemplo), as propostas da historiografia francesa vão se preocupar sobretudo, com o funcionamento de mecanismos institucionais, com as relações de rivalidade e colaboração entre as diversas disciplinas» (MAURÍCIO, *idem*).

Na sua exposição, Carlos Maurício não aponta claramente os trabalhos sobre os *Annales* com os quais mais se identifica nos planos metodológico, epistemológico ideológico, remetendo-se a um silêncio prudente ou a observações implícitas, sub-reptícias ou indiretas. Estamos agora em posição mais confortável, ou pelo menos assim julgamos, para entender o título agregador escolhido por Carlos Maurício para traçar uma síntese ou um estado da arte da bibliografia incidente sobre os *Annales*: «*Quando a historiografia interroga o seu passado- a história dos Annales*». Importa deixar de lado se o movimento *Annaliste* pertence ao passado, uma vez que

subsiste no momento no qual o historiador português escreve. Ainda assim percebe-se que, na esteira das leituras efetuadas, lhe atribui peso, relevância e influência no conspecto historiográfico desde 1929 até ao anos 80, concretizando sobre ele um exercício situável no âmbito da história da Historiografia, domínio ao qual se dedica o periódico *Storia della Storiografia*, dado à estampa desde 1982, dirigido por Charles-Olivier Carbonell e analisado por Carlos Maurício, que efetua a recensão dos sete primeiros números da publicação, apontando como motivo central desta sua escolha a área de estudos na qual a revista se centra. No entanto, a autonomização da história da filosofia face à Filosofia ocorrera desde finais de Setecentos, implicando que esta última procurasse entender as suas origens e evolução ao longo do tempo. Ainda que mais tarde, passou-se algo semelhante no que tange à história da ciência de *Clio*, através dos trabalhos de Giesenbrecht (1859), Monod (1876), Von Wegele (1885). No entanto, foi necessário aguardar pelo início do século seguinte para testemunhar um acréscimo de novas aportações, por via dos esforços de Eduard Fueter, G. P. Gooch (1914) Benedetto Croce (1917), F. Meinecke (1936) ou H. E. Burns (1937). (Maurício, 1986, p. 176).

No entanto, a História da Historiografia continuava a ser praticada por amadores e curiosos, coincidindo o dealbar da especialização nesta área com os estudos de P. Rossi, G. Iggers, F. Gilbert ou H. Schleier, a partir de finais da década de 60 do século XX, começo da seguinte. Todavia, o *boom* da História da Historiografia deu-se desde os anos 70, tendo surgido então vários livros e um dicionário, *o Deutsche Historiker*, em nove volumes, organizado por H-U Wehler. Por outro lado, países que não eram sensíveis a estas matérias como a França e a URSS passaram a sê-lo, incrementando-se uma rede de contactos internacionais. Aproveitando este dinamismo, em 1980 constituiu-se o Comité Internacional de Ciências Históricas, tendo sido criada no seu interior a Comissão de História da Historiografia que recolheu informações bastante vastas sobre o seu domínio de interesse, promovendo colóquios e uma revista a publicar duas vezes por ano, a *Storia della Storiografia*, cujos conteúdos e orientações são sintetizados pelo recenseador:

Até ao momento em que escrevo (outono de 1985) *Storia della Storiografia* tem publicados sete números. Aí podemos surpreender: (1) As naturais diligências tendo por objetivo a legitimação do novo estatuto da área; (2) A apresentação e comentário de métodos de trabalho adequados à subdisciplina- é, p. ex., o problema da análise quantitativa do conteúdo das revistas de história que merece, no número 3, um estudo comparativo. (3) A reflexão avulsa sobre a atividade historiográfica hoje- de que constituem exemplo dois artigos sobre a recente voga das biografias em história (nos n 1 e 3)- ou um texto fecundo (no n 4) sobre o atual revivalismo, entre o grande público, pela Idade Média. (4) O interesse pelo conhecimento da historiografia da qual somos herdeiros

diretos- 55% dos artigos debruçam-se sobre tópicos situados na segunda metade do século passado e nas primeiras décadas deste século (MAURÍCIO, *idem, ibidem*).

Carlos Coelho Maurício defende que a história da historiografia é um subdisciplina, eximindo-se a conferir-lhe natureza disciplinar, ou a considerá-la um campo científico mais alargado, não promovendo uma discussão instauradora da comparação entre as diferentes formas de classificação. Trata-se de uma matéria muito específica e complexa que excede, naturalmente, os limites de uma recensão e esta não foge à regra. Nela, o seu autor destaca a legitimação da história da historiografia, ocorrida nas páginas da revista homónima, assente em dois pilares: a respetiva definição e a necessidade deste tipo de trabalhos. No que se refere á primeira dimensão, Lawrence Walker defende que a História da Historiografia deve seguir o modelo da História das Ciências, enquanto Milica V. Netchkina pugna pela análise da luta entre a historiografia marxista e a burguesa. (MAURÍCIO, *idem*, p. 177).

Por seu turno, Charles-Olivier Carbonell elabora uma espécie de manifesto no primeiro número do periódico italiano, no qual contesta a validade da ideia e do conceito de progresso, aplicado ao âmbito ao qual dedica. Primeiro, porque pode desembocar em elitismo, centrando-se numa história dos grandes homens, que o historiador francês procura evitar. Em segundo lugar, pode conduzir a uma visão redutora, se retiver do passado apenas as origens do presente, conduzindo, nessa medida, a possíveis anacronismos. Carbonell defende, portanto, um alargamento da história da historiografia, albergando o estudo dos círculos de sociabilidade dos historiadores, bem com as relações destes com a cultura do seu tempo, sem esquecer questões como o poder ou os mitos. No que concerne à necessidade da História da Historiografia, Carbonell afirma-a e partilha-a, mas exime-se a explicá-la ou a pormenorizar as suas vicissitudes. No entanto, Carlos Maurício reconhece a crescente voga desta área de estudos nos anos 80 e cita a perspectiva de Netchkina, segundo a qual tal se deve à crise da historiografia burguesa e à vontade de ultrapassá-la. Todavia, o historiador português não parece convencido da suficiência desta explicação, procurando outras fora da revista *Storia della Storiografia*, debruçando-se sobre o ponto de vista de Furio Diaz expresso na *Rivista Storica Italiana* em 1972 e o de Tony Judt, na *History Workshop*, em 1979. Enquanto o primeiro considera que a história está a ser acantonada e absorvida pelas ciências sociais, tendo que reagir através da história da historiografia, para o segundo esta pode recusar o crescente menosprezo por aspetos político-ideológicos, resgatando-os.

Um tópico que não merece a aprovação cabal de Carlos Coelho Maurício é a associação do interesse crescente pelo âmbito subdisciplina em análise a uma crise da História, alegando que, se esta existe, está mais patente num ou noutra grupo do que na comunidade científica mais alargada, havendo concomitantemente divergências quanto aos diagnósticos e apenas convergência relativa a certos sintomas. O Historiador defende, por outro lado, que o incremento da história da historiografia pode contribuir para salvaguardar o estatuto científico da história, eventualmente ameaçado desde o seu interior ou pelas outras ciências sociais. Observa que devem ter-se em conta os contributos críticos de Paul Veyne ou Lawrence Stone. Distancia-se de ambos, mas não os ignora, sendo, todavia, significativo que não refira Hayden White, eventualmente por não ter espaço para abordar um estudioso tão complexo nas suas apertações. Acresce que, no entender de Maurício, a História da Historiografia pode contribuir para relativizar e colocar em perspectiva alguns subjetivismos, suscetíveis, no limite, de patentear tendências egoístas ou radicalmente céticas, próprias de uma parte da autorreflexividade do sujeito na contemporaneidade e na pós-modernidade. Percebe-se que o recenseador evita aderir a um pensamento de teor pós-moderno (MAURÍCIO, *idem*, p. 179).

Em 1986, foi publicado um importante artigo de António Manuel Hespanha, intitulado *História e Sistema: Interrogações à Historiografia Pós-Moderna*, efectuando densa reflexão sobre *Identificação de Um país*, obra publicada, em dois volumes, um ano antes, da autoria de José Mattoso. Todavia, mais do que uma recensão, estamos perante uma análise bastante circunstanciada do livro em questão, na qual António Manuel Hespanha aproveita para alargar os limites da sua abordagem, interrogando a historiografia pós-moderna e defendendo uma perspectiva historiográfica crítica desta última e do respetivo apego excessivo ao individual, ao concreto e ao particular. No entender de António Manuel Hespanha, o estudo de Mattoso em consideração problematiza a historiografia até então dominante, sendo também portador de várias novidades, desde logo a nível metodológico. Todavia, aquele colaborador da *Ler História* alerta para a possibilidade de alguns enviesamentos e aproveitamentos *pós-modernos* que possam fazer-se da obra de Mattoso à revelia dela própria e do seu autor. Nessa medida, Hespanha promove o regate ou a importância da ideia de sistema, que considera fundamental, protegendo-a de leituras que o identifiquem com algo estanque, fixo, apriorístico, promovendo, por outro lado, a correlação entre sistemas abertos e autorreferenciais, sem perder de vista a ligação entre acaso e necessidade, ao arpejo de determinismos, procurando evitar, no extremo oposto, os excessos de defesa do

concreto, do factual individual e do particular, em seu entender promotores de *preguiça intelectual, atomismo, oportunismo nihilismo conceptual e impressionismo* (HESPANHA, 1986, p.74). Por outro lado, António Manuel Hespanha debruça-se sobre as origens medievais do Estado Moderno e desmonta interpretações em torno da pregnância da alegada centralização deste começada no período referido e supostamente continuada no Antigo regime. O autor desmistifica esta ideia, colocada a circular em Oitocentos pela Terceira República Francesa e repudia os preceitos *estadualistas* da unificação aplicados a épocas anteriores (HESPANHA, *idem*, p. 81-84).

Este artigo é relevante a vários níveis no conspecto da historiografia portuguesa. Desde logo porque problematiza de modo claro e pioneiro a historiografia pós-moderna, Depois porque, no interior da revista *Ler História* demonstra que nesta a adesão a esse modo de fazer história estava longe de ser uma realidade, predominando acerca dele várias reticências e inúmeras reservas, ainda que a recensão de Luís Filipe Barreto a *Comment on écrit l'Histoire* constitua uma parcial exceção, uma vez que resulta favorável a alguns aspetos da obra em análise, também lhe apontando excessos de natureza semiótica. No caso de Hespanha, o historiador concretiza um artigo, portador de maior extensão e de outro fôlego, sem que pretendamos com isso desmerecer o contributo de Barreto. Bem pelo contrário. Contudo, os esforços de um e de outro eram minoritários no periódico em análise, mais voltado para historiadores como Marc Bloch, cujo centenário de nascimento foi assinalado ainda em 1986, na secção de *Críticas e Debates*. Nela são recolhidos depoimentos sobre o autor, da autoria de Miriam Halpern Pereira (diretora da Revista), Maria José Ferro Tavares ou Carlos da Silva, apresentados por Luís Krus, que ressalta a relevância do referido Cultor de *Clio* (morto durante a Segunda Guerra Mundial, em 1944, e fundador com Lucien Febvre dos *Annales*), não só no plano metodológico e epistemológico, mas também ao nível do empenhamento cívico, levando até ao limite o comprometimento enquanto historiador-cidadão. Krus lança algumas questões pertinentes, sobretudo centradas na influência do intelectual francês, e de outros, sobre a historiografia portuguesa, que enquadram a homenagem a Marc Bloch, realizada na *Ler História* de modo avesso a um teor laudatório, encomiástico ou apologético, ainda que se cumpra o reconhecimento da dimensão da personalidade em causa, plasmado no recurso a argumentos historiográficos.

Que leituras influenciaram os atuais historiadores portugueses? Em que ambiente cultural se difundiram entre nós as grandes obras da historiografia contemporânea? Por que vias? Qual o papel desempenhado por estágios e cursos obtidos no estrangeiro? Que memória se guarda dessas leituras na voragem da permanente e necessária atualização

bibliográfica? Que obras decidiram, por vezes, uma vocação historiográfica ou um percurso de investigação? Que lugar tem a historiografia na formação de profissionais das ciências sociais e humanas? (KRUS, 1986, p. 123).

Luís Krus considera relevante questionar a necessidade da historiografia, parecendo solidário com ela. Por seu turno, Miriam Halpern Pereira, que frequentou Instituto de História Económica e Social criado por Bloch em 1936, enfatiza a ideia segundo a qual este medievalista não exerceu grande influência sobre a história medieval praticada na altura em Portugal. Esta, apesar de dominante, não incorporou as principais novidades europeias coevas. Estas foram assimiladas após 1945 por estudiosos de História Moderna e Contemporânea. Miriam Halpern Pereira destaca, na trajetória de Bloch, e Febvre, a recusa do *factualismo*, que os seus seguidores portugueses como Magalhães Godinho, Joel Serrão ou António José Saraiva, entre outros, conjugariam com uma crítica do marxismo (Pereira, 1986, p. 124).

Miriam Halpern Pereira ressalta a importância dos *Caractères originaux de la société agraire française* (1931), mormente por evidenciarem o cariz assaz tardio do individualismo agrário ou por terem colocado o acento nas técnicas agrárias, aspeto que permitiu aos cultores das mentalidades trilharem outros caminhos. Já Maria José Ferro Tavares reconhece que a *Apologie pour L'Histoire* era lida no primeiro ano da Licenciatura em História na Faculdade de Letras de Lisboa, na disciplina de Teoria da História, e que, no terceiro, era a vez da *Société Feodale* fazer parte da bibliografia.

A historiadora lembra que fora Virgínia Rau a professora responsável por apresentar Marc Bloch aos alunos e recorda que, quando se tornou assistente, a própria Maria José Ferro Tavares lecionou numismática, a partir de 1972, mas não queria ensinar pelo recurso a metodologias assentes na memorização das moedas e na descrição das respetivas tipologias, atraindo-a, sobretudo, uma história monetária, socorrendo-se dos estudos de Marc Bloch sobre a matéria e da ideia segundo a qual só se conhece o passado entendendo o presente e vice-versa (Tavares, , 1986 pp. 125-127). No mesmo sentido, o engenheiro agrónomo Carlos da Silva destaca a importância de Bloch na história agrária, mormente no questionamento de um *fetichismo* sobre origens ou acerca da causalidade, ressaltando a necessidade de permuta de informações ou da dialética entre temporalidades (SILVA, 1986, pp 127-129). Em 1987 surgiu uma recensão sobre *L'ordre du Temps* de Krzysztof Pomian, obra publicada em 1984, da autoria de Nuno Severiano Teixeira.

Severiano Teixeira fala das três temporalidades de Braudel, *tempo curto*, o dos acontecimentos, *tempo médio*, das conjunturas e *longo*, da estrutura imóvel e contrapõe-lhe o

quadrilátero de Pomian: cronometria, cronologia, cronografia e cronosofia, todos coexistentes na atualidade. O primeiro ligado a instrumentos de medida e a calendários, o segundo relacionado com periodizações, simultaneamente quantitativo e qualitativo, o terceiro apenas ligado a este último aspeto, filiando-se nas crônicas e anais, enquanto o quarto comporta uma reflexão e interpretação sobre a dimensão temporal, congregando um sentido para a sua marcha, desde a adivinhação e a astrologia até às filosofias da história ou às teorias prospetivas e planificações:

(...) De uma erudição enciclopédica e de uma inovação inesperada, *L'ordre du temps* parece, sem dúvida um marco importante na reflexão contemporânea sobre o tempo. E aguarda que a História dele retire todas as implicações. Porém, uma coisa é certa desde já- se não jogarem com as suas diversas faces, os historiadores serão jogados pelo próprio Tempo (TEIXEIRA,. 1987, p. 187-171).

Em 1987, na secção de *Críticas e Debates* surge o primeiro trabalho exclusivamente dedicado a um historiador português, Gago Coutinho. Trata-se de um estudo da autoria de Luís de Albuquerque que se exime a situar a personalidade analisada em tendências ou escolas, preferindo evidenciar um saber vinculado à experiência, que não dispensa documentos, mas submete-os a uma lógica experiencial que se sobrepõe sem a anular à erudição e à tradição filológica. Luís de Albuquerque sublinha o tom coloquial dos escritos de Coutinho e a desmistificação que este materializou da existência de uma *escola de sagres*, sem esquecer pontos de vista expressos sobre o achamento dos Açores, sendo crítico do papel de Vespúcio na América e demonstrando a importância de Colombo relativamente ao Novo Mundo.

No primeiro número de 1988, da revista *Ler História*, José Subtil discute, na secção de *Críticas e Debates*, *A formação de professores nas escolas superiores de educação e a disciplina de história* (Subtil, 1988, p. 128).

Ainda em 1988, no terceiro número desse ano, o periódico continuou a discutir *O papel da História na formação de docentes jovens.. Para António Pedro Manique, docente da Escola Superior de Educação de Santarém, na senda de José Subtil, com algumas exceções, as Escolas Superiores não conferem relevância suficiente ao ensino da história, mormente da história contemporânea de Portugal, que contribuiria para que os alunos aumentassem e desenvolvessem a consciência cívica, percebendo melhor o lugar de Portugal na Europa e no mundo.*

Por seu turno, João Luís Lisboa parece mais cético quanto à criação das disciplinas de história, não significando que conceda menor valor a uma educação histórica num sentido mais

lato, que não passe necessariamente pela institucionalização desse tipo de iniciativas disciplinares. Em seu entender, a disciplina de Meio Físico e Social, existente no ensino preparatório, pode cumprir tal desiderato de largo espectro (LISBOA, João Luís, op. cit., p. 141).

Maria José Heitor Cortesão parece estar mais de acordo com António Pedro Manique e preocupa-se com a diluição da história nas ciências sociais no decurso do ensino secundário patente na proposta de plano de reorganização curricular discutida. Também deplora a existência de uma disciplina de história de Portugal destinada a meninos entre 10 e 12 anos e critica a circunscrição da história no ensino secundário apenas a estudos jurídicos, históricos e filosóficos, desaparecendo dos currículos de estudos económicos e sociais, cultura clássica e cultura moderna, deixando de ser ministrada aos alunos de literatura portuguesa, ao contrário do que acontece com a Filosofia, lecionada em todos os cursos. Por fim, a autora considera o conhecimento e a formação histórica fundamental para a identificação com uma cultura: «Pode um povo sem formação histórica e sem educação artística aperceber-se do património e identificar-se com uma cultura? Assume-se e ama-se o que se conhece». (CORTESÃO, op. cit., p. 142).

A finalizar o debate em análise, António Pedro Mesquita Guimarães reforça a perspectiva nele dominante, Trata-se de um Professor do curso de Educação Física da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo que destaca a presença da disciplina de história no seu curso, ressaltando a relevância do conhecimento das coordenadas espaço-temporais e da identidade históricas para os seus alunos, num momento decisivo da CEE, que parece não fortalecer a dimensão identitária de cada país (GUIMARÃES, António Mesquita, op. cit., p. 144-145).

No número 13 da Revista Ler História, publicado em 1988, Nuno Severiano Teixeira deu à estampa um artigo na secção de *Estudos* intitulado *A História Política na Historiografia Contemporânea* que constitui uma novidade no periódico. Desde logo, pela circunstância de materializar o primeiro trabalho historiográfico e teórico-metodológico sobre o domínio de investigação em apreço na referida publicação, traçando-lhe a evolução, em demanda das características distintivas da *Nova História Política*, em franca expansão desde os anos 70. O autor do artigo começa por identificar várias fases da História Política. Principia pela tradicional, de matriz rankiana, assente no factual, entendido como parte da *histoire événementielle*, assente na crítica textual e num recitativo de teor narrativo, possuidor de um substrato ideológico defensor do Estado-Nação e de uma certa forma de nacionalismo. Em seguida, a partir dos anos 20 e até à década de 60, o Marxismo, os Annales, sobretudo nas suas duas primeiras fases, o estruturalismos

e a *new economic history* americana (esta última sobretudo desde 1950, estando umbilicalmente ligada à história quantitativa e serial) recusaram a história política tradicional em nome de novas noções de facto, de documento e de temporalidade. O primeiro deixou de ser considerado em bruto, constituindo uma construção, o segundo abandonou o exclusivo do documento escrito para acrescentar fontes orais, estatísticas, cartográficas, entre outras e a temporalidade passou ser múltipla, eximindo-se ao tempo linear anteriormente dominante.

Antes de se debruçar sobre a *Nova História Política*, muito ligada à fragmentação de domínios de saber ocorrida durante a terceira geração dos *Annales*, e solidária do desenvolvimento da ciência Política e da respetiva sociologia, Severiano Teixeira resume o desinteresse que as correntes e tendências ante-citadas exibiram sobre esta temática:

Seja como for, sob o fogo cruzado do Marxismo e dos *Annales*, do Estruturalismo e da *New Economic History*, a história política sucumbe nos seus fundamentos tradicionais; ela era psicológica, ignorava os condicionamentos sociais; centrava-se sobre o tempo curto, ignorava os tempos médio e longo; era qualitativa, ignorava o quantitativo; era descritiva e narrativa, ignorava a análise e a explicação; era ideológica e pior do que isso não se reconhecia como tal.(...) É evidente que a História Política permanece e continua cultivar-se no seu discurso tradicional (TEIXEIRA, 1988, p.90).

No que se refere à *Nova História política*, tem sido abordada por vários autores, desde os anos 70 do século passado: Wolfgang Mommsen, Blandine Barret-Kriegel, Jacques Julliard ou W.P. Blokman. Quanto ao primeiro, defende que este domínio deve ativar uma dimensão essencialmente parxiológica, afecta a reformas racionais. Por seu turno, Blandine-Barret Kriegel entende a história política como *ciência dos efeitos e não das causas*, centrando-se no acontecimento como “inscrição”, “cisão” ou “acaso”.

O trabalho de Julliard, presente na coletânea *Faire de l'histoire*, publicado em 1974, constitui um marco nestas matérias, ao cruzar a ciência política com a sociologia política. Blokman relaciona a nova história política com *Nova História Económica*, cujos esteios são a quantificação e a conceptualização (TEIXEIRA, *idem*, p. 90-96). Severiano Teixeira defende quatro características fundamentais da *Nova História Política*: a articulação com a sociedade no seu conjunto; o estudo social do poder; a utilização de dispositivos teórico-metodológicos da sociologia e da ciência política, tais como a quantificação e a conceptualização; a história política diferencial, portadora de tempos curtos, médios e longos (TEIXEIRA, *idem*, p. 96).

Ainda em 1988, a propósito de algumas reedições e publicações novas de Orlando Ribeiro, na secção de críticas e debates da *Ler História* três personalidades que este influenciou deram o seu testemunho, ressaltando todas o carácter interdisciplinar dos seus esforços intelectuais. Trata-se de um geógrafo com interesses pela geologia e pela história, pela etnologia, entre outros domínios, e o facto de se ter sempre eximido a encerrar o seu labor em fronteiras disciplinares estritas e fechadas pode ter conduzido a esta reunião de testemunhos sobre a sua vasta obra, mormente na Geografia Humana, em constante diálogo com outras áreas de conhecimento.

O geógrafo e professor da Faculdade de Letras de Lisboa, Carlos Alberto Medeiros foi aluno de Orlando Ribeiro. Destaca o seu doutoramento em 1936, a leccionação em Coimbra, a partir de 1941 e Lisboa após 1943, sublinhando o entendimento que o seu professor tinha da Geografia, na senda de Vidal de La Blache, tentando compreender os fenómenos naturais e humanos ocorridos à superfície da terra, não dando tanta importância aspetos quantitativos ou estatísticos, facto que implicitamente Medeiros parece lamentar, enfatizando a relevância concedida pelo mestre mais às permanências do que às mudanças. Medeiros louva o estilo claro e simples de Ribeiro, na oralidade e na escrita, sobretudo na abordagem de questões complexas, destacando ainda o trabalho teórico-metodológico do professor na Geografia Humana e Regional (MEDEIROS, 1988, p.131-134).

Por seu turno, o Engenheiro Agrónomo Átio Lobo de Azevedo também foi aluno de Orlando Ribeiro e ressalta a sua obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, no qual o autor defende que Portugal é atlântico por posição e mediterrâneo por natureza, possuindo vários climas, mas dominando temperaturas temperadas e algum calor no inverno e *secura* no verão (AZEVEDO, *op. cit.*, p. 135-138). Ernesto Veiga de Oliveira destaca a importância de Orlando Ribeiro para os estudos de etnologia em Portugal, colocando-o na linha de uma primeira geração centrada na recuperação da herança social, protagonizada por Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, Adolfo Coelho e, sobretudo, Leite de Vasconcelos, figura tão apreciada por Orlando Ribeiro. Este geógrafo era sobretudo um humanista, interessando-se muito pelas paisagens rurais. Em 1945 foi criado o Centro de Etnologia da Universidade do Porto para reanimar cientificamente esta área disciplinar. Jorge Dias esteve ligado a esta Instituição (OLIVEIRA, *op. cit.*, pp.138-142). Em seguida abordamos e analisamos o depoimento de historiadores na *Ler História*.

## **2. Depoimentos sobre o ofício do Historiador na *Ler História* (1988-1989)**

A partir do derradeiro trimestre de 1998, a secção *O Espelho de Clio* da revista *Ler História* inscreve nas suas páginas o *apartado O Ofício do Historiador*, que parece constituir uma novidade, ou originalidade, eventualmente parciais, mas significativas. Provavelmente não se reveste de total ineditismo. Nesta subsecção o foco não se encontra nas matérias ou temáticas versadas. Situa-se nos historiadores que as trabalham, aos quais é pedido um exercício *ego-histórico*, através do qual reflitam sobre as razões que os levaram a essa atividade, as influências que receberam, a forma como se inserem nos debates historiográficos da nossa época, o modo como as respetivas obras foram condicionadas pelos contextos em que se construíram e em que medida essa indagação empreendida sobre o passado determinou o entendimento do mundo, dos outros e de si próprios.

Estas perguntas fazem parte de uma entrevista assente em interrogações que se repetem, são sempre as mesmas, e a resposta é dada por escrito. Ganha-se em sistematização o que se perde eventualmente em imprevisto ou permeabilidade ao acaso. Os quatro primeiros entrevistados foram A. H de Oliveira Marques, José Augusto França, Luís de Albuquerque e Victor de Sá. Limitamos a nossa inquirição a algumas ideias que expressaram.

Oliveira Marques reconhece que se sentia atraído desde a infância pela História. No entanto, teve um desvio de percurso de dois anos, ingressando depois no referido curso, que concluiu. Entre as influências sobre o seu trabalho aponta Jaime Cortesão, António Sérgio, António José Saraiva e Joel Serrão, entre outros, no que concerne aos portugueses, destacando os estrangeiros Hermann Kellenbenz, Michel Mollat, Ives Renouard, Jaime Vicens Vives, Robert Lopez. Por outro lado, o historiador reconhece que os seus estudos sobre a história medieval urbana, a Iª República, a Maçonaria, a história quantitativa e das mentalidades também condicionaram positivamente o caminho de cultores de *Clio* mais jovens. Oliveira Marques sublinha que as suas incursões na história da historiografia decorrem do trabalho empírico sobre documentos e recorre a dois exemplos, situando-se face à existência do feudalismo e da necessidade de um certo eurocentrismo historiográfico, reconhecendo que ser historiador não é ficar preso a um trabalho com horário fixo, mas implica uma inquietação constante sobre si e tudo o que o rodeia (Marques, Ah. De Oliveira, 1988, pp. 126-127).

José Austo França salienta a educação recebida e a vocação como fatores fundamentais para a escolha da História, na qual também coube um papel às leituras de escritores românticos, nomeadamente Eugène Sue ou Michelet. Não menciona a influência que sobre ele tiveram

historiadores vivos, preferindo citar o fascínio exercido por personalidades históricas como o D. João II de Fernão Lopes ou, por razões diferentes, Saldanha e o Marquês de Pombal. Por outro lado, ao nível dos debates historiográficos, José Augusto França refere a relevância das aulas de Vitorino Magalhães Godinho para a filiação na corrente dos *Annales*, revelando atenção pela sociedade, pelos *tempos médio e longo*, sem esquecer nunca a importância primacial de factos e acontecimentos (FRANÇA, *op.cit.*, p.128-130).

O caminho de Luís Albuquerque foi bastante diferente. Começou por interessar-se pela Matemática, que cursou, tornando-se professor universitário neste domínio, tendo o contacto com a história sido proporcionado por duas vias. Por um lado, o interesse pelas anomalias e distorções da educação ao longo do tempo até à atualidade. Por outro, o acesso à Biblioteca de Luciano Pereira da Silva, também ele um matemático e cultor da história da náutica, despertando vivo interesse de Albuquerque pela História dos descobrimentos. ESTE cita outros estudiosos relevantes destas matérias: Duarte Leite, Jaime e Arnado Cortesão e Vitorino Magalhães Godinho, do qual foi colega na Faculdade de Letras de Lisboa. Ao contrário de Luís Albuquerque, Vítor de Sá interessou-se pela história desde a infância, por intermédio do seu pai, que tinha outra duas paixões científicas, a medicina e a matemática (cursadas e concluídas por dois irmãos do depoente). O historiador cujo testemunho estamos a seguir desinteressou-se pela História no Ensino Secundário, recuperando entusiasmo enquanto aluno e recém-licenciado em Ciências Histórico-filosóficas e, sobretudo, quando esteve em Paris, gozando de plena liberdade criativa que o Estado Novo impedia (SÁ, *op. cit.*, p. 131-132).

No primeiro número de 1989, a *Ler História* publicou o depoimento de António Borges Coelho, Armando de Castro, José Esteves Pereira e Maria Beatriz Nizza da Silva. Borges Coelho também teve o seu percurso marcado pela luta contra o Estado Novo (como a esmagadora maioria dos depoentes referidos até este momento, se não todos), que passou, no seu caso, pela prisão em Peniche, desde 1957. Esta tão forte experiência marcou as primeiras obras do autor, como *Raízes de Expansão Portuguesa* (proibida duas semanas depois da publicação); *A Revolução de 1383* ou *Comunas e concelhos*, todas contrárias ao discurso oficial dominante, reveladoras de uma procura incessante da Democracia. Quanto a influências recebidas, Borges Coelho cita Herculano ou Oliveira Martins, Recusa dogmatismos e reconhece-se leitor de Sto Agostinho, Defende a inexistência de *crimes perfeitos* em História, incentivando a luta contra regimes totalitários ou ditatoriais e também contra excessos da Igreja. A escrita da Inquisição de Évora ensinou-lhe o

seguinte: “Aprendi, também, sobretudo com a Inquisição de Évora, que será bom desconfiar daqueles que nos querem salvar a alma, contra a nossa vontade e á viva força, limpando-nos com uma mão a bolsa e queimando-nos com a outra o corpo” (COELHO, 1989, p. 157-159).

Armando de Castro também se opôs ao Estado Novo e à historiografia oficial dominante. Começou a escrever sobre história nos anos 40. Todavia, antes deste domínio de estudos interessou-se por assuntos do foro económico-social. Também orientou a sua curiosidade para a epistemologia e filosofia das ciências, tendo ficado marcado teórico- ideologicamente por Lenine e Engels. Convém não esquecer que, num plano mais estritamente historiográfico, Alexandre Herculano influenciou-o imenso. Acresce que, perante debates historiográficos, nunca os rejeitou liminarmente nem aceitou de modo acrítico, cruzando trabalho empírico com um empreendimento teórico mais vasto e geral, estando atento às ciências naturais e fazendo apelo à historicidade de todas as ciências, suas permanências e transformações. Para este estudioso, a história possui uma dimensão cívica muito relevante (CASTRO, *op. cit.*, p. 159-162).

Por seu turno, o percurso de José Esteves Pereira resulta bastante distinto e peculiar. O autor afirma não saber quando a temporalidade se lhe afigurou como problema fundamental, mas reconhece-se cultor da História das Ideias, cruzando a Filosofia com a ciência de *Clio*, debruçando-se sobretudo sobre *a individualidade*, *a transfinitude* e *a diferença*, algo alheio a uma história com maior peso das estruturas. Segue na senda sobretudo de José Sebastião da Silva Dias, que conheceu em Coimbra, tendo sido por ele apoiado no Seminário de Cultura Portuguesa e no Instituto de História e Teoria das Ideias. Esteves Pereira também destaca a relevância de Miranda Barbosa, de quem foi aluno, no seu trajeto. Considera ainda que a História solidifica a consciência e a memória, concitando grande atenção ao mundo e aos outros (Pereira, José Esteves, *Depoimento, op. cit.*, p. 162-163). Também Maria Beatriz Nizza da Silva seguiu um caminho entre a história e filosofia. Licenciada em 1961 em ambos os domínios, num curso que os consagrava, sentia-se mais próxima da primeira do que da segunda. No entanto, a ida para o Brasil e o contacto com o *Estruturalismo* inverteu a situação e as prioridades. Todavia, a autora sentia maior afinidade com a historicidade dos problemas do que relativamente aos sistemas filosóficos, circunstância que determinou um retorno à história das ideias ou do Pensamento, como prefere chamar-lhe, Nos finais dos anos 60 Michel Foucault deu um curso no departamento de filosofia da Universidade de S. Paulo que muito positivamente impressionou Maria Beatriz, uma vez que o trabalho dos historiador francês não assumia taxativamente, a seu ver, nem o marxismo nem o estruturalismo.

Nos anos 70 e 80, a cultora de *Clio* dedicou-se ao estudo do Brasil entre 1808 e 1821, mas também a pesquisas sobre a mulher, a família e o casamento. A autora confessa-se avessa a dogmatismo, cultiva a tolerância e furta-se a transmitir receitas aos alunos (SILVA, *op. cit.*, p. 162-165).

No segundo trimestre de 1989 foram reunidos quatro depoimentos sobre o ofício de historiador: António Manuel Hespanha, Joaquim Veríssimo Serrão, Luís Reis Torgal. O primeiro seguiu História devido a uma combinação do gosto pessoal com os acasos e dificuldades da sua carreira universitária. Fez o curso de Direito, que na altura não lhe deu especial prazer, mas após a sua conclusão pôde dedicar-se à respetiva história, mais estimulante, primeiro debruçando-se sobre discurso jurídico e depois sobre o Direito Português. Foi influenciado pelo Marxismo (acerca do qual rejeitou abordagem economicista), pelos Annales, por Vitorino Magalhães Godinho, Barradas de Carvalho ou Joel Serrão, mas também por Foucault (como Beatriz Nizza da Silva) e Bourdieu, eximindo-se a uma leitura estritamente formalista do direito, conjugando uma dimensão social e a teoria crítica com a semiótica e a linguística. Hespanha declara-se “adversário feroz do empirismo historiográfico” e cético quanto à possibilidade de a história fornecer uma visão do mundo, dado que existe uma pluralidade de mundos.

Bem diferente é o trajeto de Joaquim Veríssimo Serrão. O gosto pela história foi incrementado no Liceu de Santarém por Gisnestal Machado e José Henriques Barata. O autor frequentou o Curso de Histórico-Filosóficas entre 1943 e 1948, em Coimbra, ressaltando arcaboço intelectual de Joaquim de Carvalho e, para além disso, a capacidade de expressão de Sílvio de Lima, sem esquecer o rigor na análise documental de Damião Peres ou a apetência de Mário Brandão pela História Cultural. (SERRÃO, *op.cit.*, p.138-141).

Bastante diverso é o testemunho de Luís Reis Torgal que reconhece que sempre o motivara a possibilidade de ser professor, mais do que a matéria específica sobre a qual impendesse tal magistério, ainda que no final do Curso Complementar dos liceus nutrisse maior gosto pela Filosofia. Durante o ensino liceal, o Dr. Alberto Martins de Carvalho fora um excelente pedagogo e professor de história (Hespanha também o cita com apreço) no Liceu D. João III e acabou por influenciar a ida para o curso respetivo. No entanto, este não estimulou muito Reis Torgal, com a exceção do seminário de licenciatura dirigido por Silva Dias (TORGAL, *op. cit.*, p. 141-143).

Por seu turno, Maria Filomena Mónica demonstra que antes da História fora atraída pela Filosofia, que cursara na Faculdade de Letras de Lisboa (acerca da qual recorda o medo de Borges

de Macedo, o espanto causado por Oswaldo Market, a pena de não ter sido aluna de Orlando Ribeiro e pouco mais, tendo ficado desiludida com o ensino aí ministrado). Fez a seguir Sociologia em Oxford, na sequência de uma bolsa (sobre esta refere que apreciava menos Parsons ou Lipset do que Baarrington Moore ou E.P. Thompson, demonstrando inclinação para a Sociologia histórica). Defende a “velha história narrativa”, na senda de Gertrude Himmelfarb (MÓNICA, *op. Cit.*).

No derradeiro trimestre de 1989 foram publicados na *Ler História* os cinco derradeiros depoimentos sobre o ofício de historiador. São os casos de António Pedro Vicente, José Mattoso, Manuel Villaverde Cabral e duas personalidades particularmente ligadas ao periódico, a diretora Miriam Halpern Pereira e Sacuntala de Miranda.

António Pedro Vicente refere a experiência de dois anos no curso de Direito, que não apreciou, direcionando-se me seguida para História na Faculdade de Letras de Lisboa. Destaca particularmente a influência de dois mestres, sobretudo o primeiro: Joaquim Veríssimo Serrão e Jorge Borges de Macedo, que dirigiu a sua tese de licenciatura. O depoente prosseguiu estudos em Paris, usufruindo de uma Bolsa da Gulbenkian. Em França, contactou e trabalhou com Frederic Mauro e Jacques Godechot. António Pedro Vicente critica o positivismo, mas procura tentar circunscrever os factos na senda de Ranke, *tal como eles são*. Sublinha uma não-inscrição em Escolas como o Marxismo ou a *História Nova*, interessando-se pelos debates historiográficos apenas na medida em que estes ajudem a esclarecer temas e questões da sua investigação, sobretudo relacionada com o período que se estende do Marquês de Pombal ao Vintismo, sem esquecer as invasões francesas e as relações entre Portugal e Espanha, mas também as estabelecidas com Inglaterra, gizando comparações fundamentais, destacando uma *unidade evolutiva* e incentivando o diálogo entre a História e as outras Ciências Sociais (VICENTE, *op.cit.*,1989, p. 137-139).

Por seu turno José Mattoso realça que ajudou a fundar a revista em análise, descreve as reticências iniciais que lhe causou a entrevista, devido ao facto de algumas questões envolverem respostas muito íntimas e outras exigirem um espaço de reflexão maior do que o do periódico. Ainda assim, tece considerações prévias nas quais afirma que a investigação histórica deve ser livre e, se assim for, ultrapassa as intenções iniciais dos historiadores, dependendo das circunstâncias destes, mas também dos leitores. José Mattoso fornece importantes pistas a quem quiser estudar o seu trabalho, sublinhando a necessidade de cotejar as reflexões teóricas com a

investigação empírica, comparando o seu labor com o de outros historiadores (MATTOSO, José, *op. cit.* p. 140-142).

Ao contrário de José Mattoso, Villaverde Cabral confessa estar mais próximo da Epistemologia, nos sentidos ontológico e metodológico do termo, do que da história num plano restrito, apontando, no primeiro caso, as influências de Witold Kula ou Moses Finley e, no segundo, a de Pierre Vilar ou Albert Silbert. Villaverde Cabral problematiza o facto de ser ou não historiador, considerando que o é, pelo menos parcialmente, procurando sempre o método regressivo, dando maior primazia ao presente do que ao passado, demonstrando interesse pelo século XX. Lembra que começou durante o Estado Novo, que procurou sempre combater, política e historiográfica, aproximando-se de uma abordagem estrutural, mas afastando-se do estruturalismo braudeliano, conferindo muita importância à ação individual e às conjunturas (CABRAL, *op. cit.* p. 142-145). A diretora da *Ler História*, Miriam Halpern Pereira refere que sempre a impressionaram negativamente o racismo, anti-semitismo e o sionismo, defendendo o diálogo entre culturas, rejeitando leituras nacionalistas, e enveredando pela compreensão de Portugal, em relação com Espanha, procurando também entender a Europa e os outros continentes. Esta orientação, que consideramos cosmopolita, pode ter levado ao interesse pela História, tendo cursado e concluído Histórico-filosóficas na Faculdade de Letras de Lisboa (com maior interesse inicial pela filosofia). O exílio em Havana e a aprendizagem ocorrida numa escola inglesa terão influenciado o modo de ver o mundo patenteado por Miriam Halpern Pereira e condicionado a escolha do curso universitário. Todavia, este revelou-se decepcionante. A historiadora considerava as aulas de Virgínia Rau pouco interessantes, relevando apenas, pela positiva, as de Borges de Macedo. Nessa altura vigorava o Estado Novo e a sua cultura oficial, contra a qual Miriam Halpern Pereira se situava, defendendo uma cultura não-oficial de oposição, admirando os trabalhos de Duarte Leite, Jaime Cortesão, António José Saraiva, Vitorino Magalhães Godinho, entre outros. Nos anos 60, Miriam Halpern Pereira foi para o exílio em França, na circunstância a acompanhar o marido, e recebeu influências dos *Annales* ou do Marxismo, procurando perceber as causas do atraso português, lançando-se nos meandros da história contemporânea (da qual Virgínia Rau não gostava por considerá-la ideológica), contrariando a ideia e a *lenda da decadência nacional*, que negava o feudalismo e a diversidade das revoluções liberais, enviesando e manipulando a leitura acerca da questão colonial. Miriam Halpern procura entender o presente da História portuguesa,

contribuindo para a compreensão e afirmação da sua dimensão europeia e intercontinental (PEREIRA, *op. cit.*, p. 145-148).

Por seu turno, Sacuntala de Miranda elogia colegas de sua geração, como Miriam Halpern Pereira e Oliveira Marques, esses sim, em seu entender, historiadores, dado que em relação si própria tem dificuldades parciais em reconhecer-se como tal de modo cabal, uma vez que que, apesar de ter frequentado e concluído Histórico Filosóficas não gostou, mas demonstrava uma grande inclinação pela Sociologia, que só pôde cursar em Londres, onde teve como referências alguns professores da Universidade de Essex e Hermínio Martins. Com este intelectual aprendeu que todos os assuntos se podem relacionar e que o saber não se constrói demolindo tudo o que está para trás. Sacuntala de Miranda identifica a história com os romances policiais e ao jogo de cartas, pelo desafio e imprevisto constantes. A autora prefere a pesquisa de factos às macroteorias. Não rejeita o empreendimento teórico, desde que assente em teorias particulares, de alcance não universal. No final do seu depoimento afirma que foi a Sociologia, mais do que a História, que a ajudou a compreender o mundo, os outros e a si própria (MIRANDA, *op. cit.*, p. 149-151).

No primeiro trimestre de 1990, Filipe Reis dá à estampa uma recensão crítica sobre *A Escrita de História*, conjunto de 16 textos publicados dois anos antes por José Mattoso. O responsável pela recensão defende que estamos perante uma reflexão teórica, apesar do autor do livro parecer contrariar essa ideia, nalgumas passagens, em certos momentos. Filipe Reis informa que a obra se estrutura em três núcleos: *Escritura; materiais*, temáticas e argumenta que a forma e as circunstâncias de expressão contribuem para a construção de um discurso teórico. Alguns textos começaram por ser apresentados oralmente, em seminários, conferências, colóquios, e esse lugar de enunciação não é indiferente, no entender de Filipe Reis. O recenseador considera que José Matoso encara a História como a *ordem do real*, tendendo para uma certa homogeneidade e mostra-se crítico dessa conceção. Todavia, não torna claras possíveis relações da *Escrita da História* com a obra homónima de Michel de Certeau, publicada em 1975, em França (REIS, 1990).

### **Considerações Finais**

A análise circunstanciada da recensão a que acabámos de nos referir não cabe no âmbito deste artigo, parcialmente centrado numa análise de conteúdos da Revista *Ler História* publicados

na década de 1980. Por essa razão nos limitamos a indicar um balanço muito importante publicado em 1991, intitulado *A Historiografia Portuguesa Hoje*, que percorre a produção historiográfica incidente sobre as diversas épocas históricas e será objeto de trabalhos futuros. No entanto, esse balanço indicia que a reflexão historiográfica e a história da historiografia como temática no periódico em causa parecem entrar numa fase de enraizamento depois da legitimação inicial a que a publicação procedeu nos anos 80, em consonância com a sua própria legitimação.

No entanto, estas observações e classificações são apenas incipientes, carecendo de maior fundamentação e crítica. Todavia, avançámos com algumas ideias que, em nosso entender, podem ajudar a caracterizar os primeiros anos da *Ler História* no que respeita à História da historiografia e à reflexão teórica sobre a história. Desde logo, a primeira parece ser mais praticada do que a segunda, ainda que as divisões entre ambas sejam discutíveis.

Por outro lado, as temáticas aludidas estão muito menos presentes na secção de Estudos do que na de Crítica e Debates ou na de recensões, situação que pode dever-se, entre outras razões, a uma escassez de estudos sobre história da historiografia e Teoria da História, antes da Revolução do 25 de Abril de 1974, circunscrevendo-se as exceções a uma cultura não-oficial muito importante (de cariz oposicionista, protagonizada entre outros, por Vitorino Magalhães Godinho, Joaquim Barradas de Carvalho e A. H. de Oliveira Marques, entre outros), ou então a um historicismo neo-metódico e, quando não se enveredava por esta via, dominava um nacionalismo integralista, apologético de modo claro para com o Estado Novo. Após a revolução de 25 de Abril de 1974 com o processo revolucionário foram sendo criadas condições para um incremento dos estudos historiográficos, em geral e sectorialmente, em quantidade e qualidade. A liberdade democrática incentivou o pluralismo. A Revista *Ler História* ajudou a construir esse ambiente e dele foi, parcialmente também, consequência. Mas as estruturas demoram a solidificar-se o mercado edita igualmente. Isso implicou a remissão das temáticas de história da historiografia e das reflexões historiográficas maioritariamente para a secção de *Críticas e Debates*, para que fossem discutidas de modo aberto, como não eram antes da revolução, época na qual se procurava conter e eliminar a controvérsia.

Do ponto de Vista Historiográfico, Carlos Coelho Maurício terá sido um dos intervenientes mais ativos na revista *Ler História* no que tange à história da historiografia. *Os Annales*, a *Nova História* (e o Marxismo) receberam maior atenção dos diversos estudiosos do que a história metódica Oitocentista, destacando-se, entre outros exemplos, a homenagem a Marc Bloch. Por

outro, lado, o pensamento pós-moderno como matéria independente foi escassamente abordado, com exceção de um artigo de António Manuel Hespanha (onde o historiador exprime reticências sobre o assunto) e de uma recensão de Luís Filipe Barreto, o que demonstra que o Pós-modernismo não seria muito divulgado nos anos 80 em Portugal e que não obtinha grande adesão por parte dos colaboradores da revista. Pensamos que esta segunda hipótese me parece mais plausível, dado que a *Ler História* primava por grande atualização bibliográfica.

Por outro lado, esperamos ter demonstrado a importância da reunião e publicação de depoimentos de historiadores, muitos deles envolvidos na oposição ao Estado Novo (concentrados nalguns casos em exibir uma postura retórica e aparentemente anti-teórica, ou maioritariamente prática), de forma a sublinhar o apreço que a revista tinha pela História da Historiografia, apesar de esta não constituir temática dominante durante a década de 80 do século XX. Uma das principais lacunas deste trabalho prende-se com a ausência de tratamento biográfico e/ ou prosopográfico dos Historiadores envolvidos. Também faltam os aspetos editoriais e as vicissitudes gráficas e materiais do periódico. Esperamos colmatar estas lacunas em futuros estudos, alargando o âmbito cronológico em análise.

**Referências Bibliográficas:**

- ALBUQUERQUE, Luís de. Gago Coutinho, historiador. *Ler História*, vol. 11, p. 135-142, 1987.
- ALBUQUERQUE, Luís. Depoimento. *Ler História*, vol. 14, p. 130-131, 1988.
- AZEVEDO, Átio Lobo de. Calor e secura»: elementos climáticos da agricultura portuguesa. *Ler História*, vol. 13, p. 135-138, 1988.
- BARRETO, Luís Filipe. Recensão a *Como se Escreve a História*, de Paul Veyne. *Ler História*. Lisboa, vol. 4, p. 177-179, 1985.
- CABRAL, Manuel Villaverde. Depoimento. *Ler História*, vol. 17, p. 142-145, 1989.
- CASTRO, Armando de. Depoimento. *Ler História*, vol. 15, p. 159-162, 1989.
- COELHO, António Borges. *Ler História*, vol. 15, p. 157- 159, 1989.
- CORTESÃO, Maria José Heitor. A disciplina de história no contexto da reforma educativa. *Ler História*, vol. 14, p. 141, 142, 1988.
- FRANÇA, José- Augusto. Depoimento. *Ler História*, vol. 14, p.128-130, 1988.
- GUERREIRO, Luís Ramalhosa, Recensão a *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*. *Ler História*, vol. 5, p. 1985.
- GUIMARÃES, António Mesquita, A Disciplina de História e a formação integral do professor. *Ler História*, vol. 14, p. 144-145, 1988.
- HESPANHA, António Manuel. História e sistema. Interrogações à Historiografia Pós-moderna, *Ler História*, vol.9, p. 1986.
- HESPANHA, António Manuel. Depoimento. *Ler História*, vol. 16, 1989.
- KRUS, Luís. Marc Bloch (1886-1944), Apresentação. *Ler História*, vol. 9, p. 123, 1986.
- LISBOA, João Luís. Sobre o papel da história na formação de professores. *Ler História*, vol. 14, p. 138-141, 1988.
- MANIQUE, António Pedro. O lugar e o papel da História na formação de professores da escolaridade básica, *Ler História*, vol. 14, p. 135-138, 1988.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. Depoimento, *Ler História*, vol.14, p. 16-127, 1988.
- MATTOSO, José. Depoimento. *Ler História*, vol. 17, p. 140-142, 1989.
- MAURÍCIO, Carlos Coelho. Quando a historiografia interroga o seu passado- a história dos Annales. *Ler História*, vol. 7, p. 1986.
- MAURÍCIO, Carlos Coelho. Recensão a *Storia della Storiografia*. *Ler História*, vol. 7, p. 176-179, 1986.

- MEDEIROS, Carlos Alberto. Orlando Ribeiro: Um Marco indelével na Geografia Portuguesa. *Ler História*, vol, 13, p. 131-134, 1988.
- MEDEIROS, Carlos Alberto. Orlando Ribeiro: Um Marco indelével na Geografia Portuguesa. *Ler História*, vol, 13, p. 131-134, 1988.
- MIRANDA, Sacuntala de. Depoimento. *Ler História*, vol. 17, p. 149-151, 1989.
- MÓNICA, Maria Filomena. Depoimento. *Ler História*, vol. 16, 1989.
- NUNES, João Paulo Avelãs. *O Estado, a Historiografia e Outras Ciências/Tecnologias sociais*, in *Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX Olhares Cruzados*, João Paulo Avelãs Nunes e Américo Freire (coordenação), Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Fundação Getúlio Vargas, p. 53-79, 2013.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga. Orlando Ribeiro e a Etnologia. *Ler História*, vol. 13, p. 138-142, 1988.
- PEREIRA, José Esteves. Depoimento. *Ler História*, p.162-163, 1989.
- PEREIRA, Miriam Halpern. Editorial. *Ler História*. Lisboa, vol. 1, p. 3-4, 1983.
- Pereira, Miriam Halpern Marc Bloch e a Historiografia Portuguesa, *Ler História*, volume 9, p. 124, 1986.
- PEREIRA, Miriam Halpern. Depoimento. *Ler História*, vol. 16, p. 145-148, 1989.
- PINTO, António Costa; Monteiro, Nuno Gonçalo. *História e Política*. *Ler História*. Lisboa, vol. 2, p. 178-185, 1983.
- REIS, Filipe. Recensão a *Como se escreve a História, de José Mattoso*. *Ler História*, vol. 18, 1990.
- SÁ, Víctor de. Depoimento, *Ler História*, vol. 14, p. 131-132, 1988.
- SERRA, ANA. *ESE: desvalorização do ensino preparatório?* *Ler História*, vol.14, p. 142-143, 1988.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Depoimento. *Ler História*, vol. 16, p. 138-141, 1989.
- SILVA, Carlos da. Pensar em Marc Bloch Considerando o problema agrário português. *Ler História*, vol. 9, p 127-129, 1986.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Depoimento. *Ler História*, vol. 15, p. 163-165, 1989
- SUBTIL, José. A Formação de professores nas Escola Superiores de Educação e a disciplina de História, *Ler História*, vol. 12, p. 128, 1988.
- TAVARES, Maria José Ferro. Marc Bloch, O Historiador da Moeda, *Ler História*, vol. 9, p. 125-127, 1986.
- Teixeira, Nuno Severiano. Recensão a *L'ordre du temps*. Krzystof Pomian, Paris, Ed Galimard, 1984, 365. *Ler História*, vol. 10, p.187-191, 1987.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. A História Política na Historiografia Contemporânea, *Ler História*, vol. 13, p. 77-102, 1988.

TORGAL, Luís Reis. Depoimento. *Ler História*, vol. 16, p. 141-143, 1989.

VICENTE, ANTÓNIO Pedro. Depoimento. *Ler História*, vol. 17, p. 137-139, 1989.